

Por uma História Ambiental da Formação Social do Extremo Sul da Bahia (1945-1972)

Marcio Soares Santos¹, Herbert Toledo Martins²

RESUMO

Este breve ensaio argumenta em favor da investigação histórico ambiental de uma formação social. Considerando a totalidade socioambiental – meio natural, ação humana, interações ser social-natureza – compreende-se que o desenvolvimento socioeconômico e sociocultural não se processam sem provocar alterações ambientais diretas e indiretas, com diferentes graus de intensidade. Não há produção humana sem consequências para os meios ambientes natural e produzido, bem como para o próprio ser social; assim como a organização da vida social encontra obstáculos nas condições ambientais existentes. Contudo, não é suficiente integrar a natureza à sociedade. O meio ambiente natural precisa seja reconhecido como dimensão ativa da organização social e histórica. A exploração predatória e sistemática da Mata Atlântica no extremo sul baiano foi levada a efeito pela ação de madeireiros e fazendeiros, entre os anos 1940 e o início da década de 1970, período da formação econômico-social do atual extremo sul da Bahia. A caça da “madeira de lei” para comercialização, e o incessante movimento de expansão da fronteira agropecuária na porção mais ao sul do estado da Bahia, região em permanente contato com os estados do Espírito Santo e Minas Gerais, levou à constituição mercantil da região. Em curto espaço de tempo fazendas, serrarias e madeireiras intensificam a degradação da Mata Atlântica. Entre o final dos anos 1960 e o início da década de 1970 a devastação florestal do extremo sul já havia atingido proporções dramáticas. Nesse sentido, o presente trabalho procura indicar algumas questões teóricas do estudo de uma formação social particular, o extremo sul da Bahia, por meio da história ambiental. São fontes para esta pesquisa: literatura teórica sobre história ambiental, textos sobre o extremo sul e fontes estatísticas oficiais sobre a região.

Palavras-chave: Extremo Sul da Bahia; Mata Atlântica; Formação Social; Desenvolvimento Econômico, Conflito.

¹ Doutorando em História (Universidade Federal do Sul da Bahia). Professor de História na Universidade do Estado da Bahia, Brasil, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3036-2339>, e-mail: mss.hist@gmail.com

² Doutor de Sociologia (Universidade Federal do Rio de Janeiro). Professor de Sociologia na Universidade Federal do Sul da Bahia, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4096-6104>, e-mail: herbert.ufrb@gmail.com

O início da exploração predatória e sistemática de árvores da Mata Atlântica na porção mais ao sul da Bahia se deu por volta do final dos anos 1940. Neste período a região não era ainda denominada de extremo sul, e fazia parte do sul do estado. Novas demarcações do espaço territorial no interior dos estados da federação vão surgir oficialmente a partir a adoção da classificação territorial por “Zonas Fisiográficas”, estabelecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o Recenseamento Nacional de 1950. A partir de então surge o território geográfico do extremo sul da Bahia, agora oficialmente separando do sul do estado.

Em 1950 a Zona do Extremo Sul da Bahia era composta de apenas seis municípios, ocupando cada um deles extensas faixas horizontais de terra, do litoral baiano, a leste, até a fronteira com o estado vizinho de Minas Gerais, a oeste (IBGE, 1958a; 1958b). O último município ao sul da Bahia era Mucuri, na fronteira com outro estado vizinho da região, o Espírito Santo. O nordeste de Minas, o norte do Espírito Santo e o extremo sul baiano foram se configurando como uma espécie de território extraoficial de fronteira entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX, com crescente trânsito de pessoas e mercadorias. Essa movimentação se intensificará bastante nas primeiras décadas da segunda metade do século XX.

Ao longo de duas décadas (1950-1970), o território do extremo sul vai se integrando aos circuitos mercantis da economia nacional. A vinculação crescente neste período com núcleos de maior desenvolvimento econômico do país na região Sudeste estimulará o desenvolvimento econômico, o crescimento populacional e a formação territorial do extremo sul. O incremento da extração madeireira e a expansão regional da fronteira agropecuária são os principais fatores socioeconômicos de transformação do extremo sul, integrando crescentemente à antiga faixa litorânea o interior ainda pouco explorado em termos mercantis em 1950. A constituição do extremo sul baiano e sua integração à economia capitalista nacional resultou em impactos ambientais de amplo espectro. O escaçamento de recursos naturais, mormente florestais, a perda potencial da biodiversidade, etc., contribuíram

para a geração de problemas econômicos e sociais que se estendem até os dias atuais. No início da década de 1970 a devastação florestal no território atingiu elevado grau³.

No mundo, o otimismo com o desenvolvimento econômico nos países capitalistas no pós Segunda Guerra, numa conjuntura de idealização das possibilidades do crescimento econômico, alimentou grandes esperanças nacionais. A retomada no Brasil de políticas desenvolvimentistas, entre o final dos anos 1950 e a década de 1960, criou expectativas quanto ao progresso econômico e social do país. Não estado da Bahia o ambiente geral não era diferente.

No extremo sul baiano, em razão da relativa proximidade geográfica com a região Sudeste do país, as elites locais observavam com alguma atenção a movimentação geral. No passado, o espaço entre três províncias, que compreendia o nordeste mineiro, o norte capixaba e o extremo sul da Bahia, foi palco de relevantes empreendimentos econômicos e de infraestrutura que visaram o progresso econômico da região: a Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri (1847-1863) e a Estrada de Ferro Bahia e Minas – EFBM (1883-1966). O primeiro dos empreendimentos mal saía do projeto quando se viu cercado de problemas incontornáveis. O segundo foi posto em prática gradualmente, à medida que avançavam os trilhos que ligariam o nordeste mineiro ao litoral baiano (Caravelas); mas seus efeitos foram circunscritos a área da hinterlândia que ligava por ferrovia os municípios de Caravelas, no litoral baiano, até Araçuaí, no nordeste mineiro. As atividades da EFBM foram encerradas em 1966, no contexto de expansão das rodovias e gradual abandono da estrada de ferro como meio de integração nacional.

Com a realização no Brasil de amplos investimentos em capital intensivo e estimulados pelas novas teorias do desenvolvimento econômico capitalista os agentes econômicos e o Estado se puseram a retomar o caminho do desenvolvimento, visando integrar também regiões periféricas à economia nacional. Mas as consequências decorrentes do novo momento, com veremos, gerou enorme degradação ambiental.

Com o esgotamento destes processos históricos de desenvolvimento regional, que vinham de meados do século XIX, renasceu a esperança de que seria possível

³ Refere-se à extração de madeira nativa pela introdução de sistemas industriais de exploração econômica, capaz de promover em curto período de tempo escassez dos recursos naturais alvos.

alcançar níveis de povoamento territorial e progresso material desejáveis para a região, da perspectiva dos colonizadores. Para isso seria necessário avançar na ocupação, colonização e implantação agrícola na área dos vales dos rios Jequitinhonha e Mucuri, percorrendo todo o interior pouco devassado pelo povoamento colonizador até atingir o litoral, assegurando à produção da região acesso a portos fluviais e marítimos.

O objetivo geral da pesquisa é o de produzir uma história ambiental do extremo sul da Bahia a partir da devastação da Mata Atlântica, com a finalidade de analisar o processo de formação social e o desenvolvimento econômico do extremo sul da Bahia, entre meados da década de 1940 e início dos anos 1970. Especificamente, propomos uma abordagem historiográfica que considere a interação entre sociedade e natureza, observando tanto os processos naturais quanto a produção econômica e a organização social. Além do que, propomos examinar impactos e conflitos socioambientais, resultantes de processos de devastação da Mata Atlântica em meio à formação social do território do extremo sul da Bahia.

Na primeira seção deste artigo são apresentados mapas territoriais do extremo sul da Bahia e mapas do desmatamento a que a região fora submetida, entre 1945 e 1974, em razão da atividade extrativista madeireira sistemática e da expansão da agropecuária extensiva. Na segunda seção, são discutidos aspectos históricos da região, como a demarcação do período em que começou a tomar forma na região o extrativismo sistemático, particularmente com a chegada da primeira empresa madeireira, em 1948, até por volta da finalização do trecho regional da BR 101, entre 1972 e 1974. Apresentamos também, de modo sumário, questões teóricas atinentes à história ambiental, os desafios da busca por compreensão das interfaces entre natureza e sociedade. Na terceira seção são examinados alguns dos dilemas ambientais da formação regional, com ênfase nas fragilidades dos ecossistemas, agravados pela ação humana desregulada. Na quarta e última seção, discutimos a perspectiva dos conflitos sociais que o processo de devastação da Mata Atlântica provocou ao longo de décadas, enfatizando os conflitos propriamente ambientais, considerando os modos de apropriação de recursos da floresta, as visões de mundo e

os interesses econômicos diferentes e divergentes. Por fim, apresentamos nossas considerações finais.

Em suma, o recurso à história ambiental, como se verá, nos possibilita abordar os impactos das ações dos agentes sociais sobre um ecossistema florestal e seu entorno, bem como os limites impostos a tais ações pelas condições ambientais de produção e reprodução, no momento mesmo em que surgia e se estabelecia o extremo sul da Bahia.

EXTRATIVISMO MADEIREIRO E ORGANIZAÇÃO SOCIAL: A FORMAÇÃO DO EXTREMO SUL DA BAHIA

De acordo com a mais recente divisão territorial-administrativa do Estado da Bahia, de 2010, o território do Extremo Sul do estado é composto por 13 municípios (Figura 1)⁴. Atualmente o extremo sul ocupa cerca de metade do espaço que lhe era devido pela política territorial do estado da Bahia até a primeira década do século XXI, quando o estado adotou a divisão regional por Territórios de Identidade (TI)⁵. Antes desta definição que adota, sobremaneira, critérios variados de pertencimento cultural para o estabelecimento das regiões que compõem o estado, as metodologias anteriores davam maior atenção aos critérios geográficos (físico-ambientais) e econômicos (“regiões econômicas”).

A definição de TI modificou o tamanho total da área do extremo sul da Bahia, praticamente inalterada desde 1827. O território que se denominou por volta de meados do século XX de “extremo sul” foi reduzido praticamente à metade pelo Decreto Estadual nº 12.354 de 25 de agosto de 2010, oficializando a divisão entre o litoral e o “sertão” que se acentuava desde o final da década de 1960. Desde então foram se consolidando as regiões que no século XX foram compreendidas por suas populações por meio do sentimento autoidentificado de pertencimento a um lugar, com alguma homogeneidade territorial, econômica e cultural presumida. Antes de se

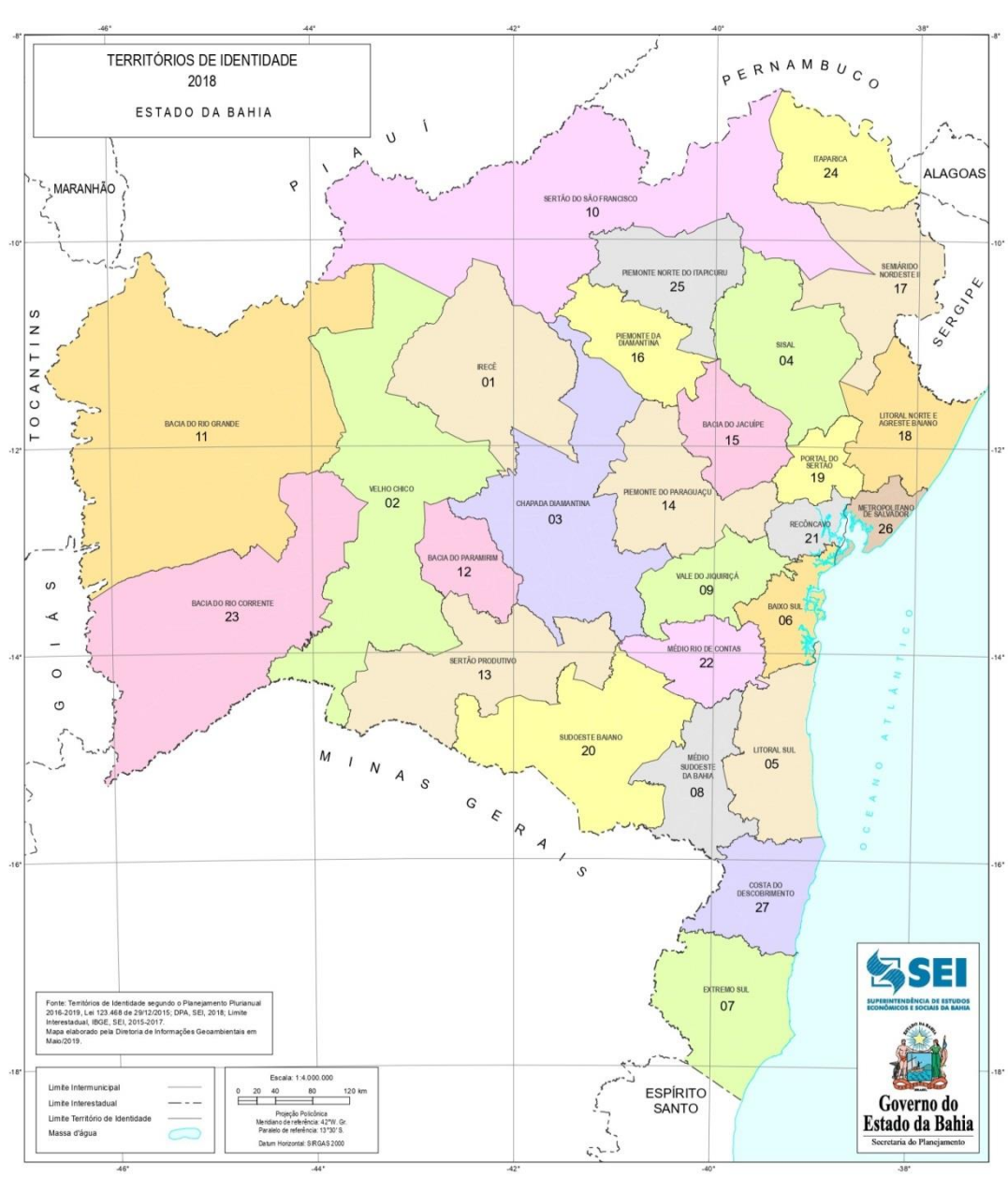
⁴ Alcobaça, Caravelas, Ibirapôa, Itamaraju, Itanhém, Jucuruçu, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas, Vereda.

⁵ Cf. Decreto Estadual nº 12.354 de 2010. A divisão por Território de Identidade (TI) considera como critério mais fundamental da classificação territorial o “sentimento de pertencimento” da população.

<<http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=17>>

tornar TI e passar por uma redução de suas dimensões territoriais, o extremo sul da Bahia ocupava considerável extensão relativa das terras do estado, embora com baixa densidade populacional comparativa, onde se encontravam 21 municípios (Figura 2)⁶.

Figura 1. Estado da Bahia: Territórios de Identidade. Território de Identidade do Extremo Sul da Bahia (07)



Fonte: Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN).
 <<http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=17>>

⁶ Alcobaça, Caravelas, Eunápolis, Guaratinga, Ibirapóá, Itamaraju, Itanhém, Itabela, Itagimirim, Itapebi, Jucuruçu, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Porto Seguro, Prado, Santa Cruz Cabrália, Teixeira de Freitas e Vereda.

Porque os espaços são produtos da ação humana, regiões, territórios, fronteiras, etc., têm, por assim dizer, histórias particulares. Como qualquer território alvo da ação humana, o extremo sul se constituiu como região geográfica oficial em meados do século XX, passando antes por diversas mudanças territoriais, que levaram ao surgimento de novos povoados, freguesias, vilas, cidades, distritos, etc. (BRASIL, 1958a; 1958b). À confirmação territorial oficial do extremo sul antecedeu a história de sua formação social, econômica, política, cultural e ambiental. Como se sabe, a costa baiana foi o primeiro espaço territorial povoado e colonizado pelos portugueses na América. Desde a colonização os recursos naturais exuberantes do território promoveram enriquecimento, sobretudo ao Estado português⁷. Mas foi apenas a partir de meados do século XX que a dinâmica econômica liberou-se da exploração limitada ao litoral e suas imediatas adjacências e passou a integrar economicamente, de modo sistemático, o “interior selvagem” do extremo sul à valorização e acumulação do capital.

Os povos originários vinham em interação com o meio muito tempo antes de o colonizador branco europeu aportar no que viria a ser a América. Ainda é motivo de acesa discussão o grau de modificação das florestas atlânticas pelos povos originários do continente; mas não resta dúvida quanto ao grau e rapidez da destruição ambiental que se seguiu a chegada de espanhóis e portugueses. O primeiro século de povoamento foi de devastação dos povos nativos e da floresta atlântica (DEAN, 2018, p.59). Os muitos agrupamentos humanos pioneiros na ocupação das Américas, que Dean chamou de “primeiras levadas humanas” haviam modificado a paisagem, alterado a floresta, sem, contudo, destruí-la. Quando “a segunda leva de invasores humanos” chegou ao continente a Mata Atlântica já era por certo uma floresta secundária em muitos pontos. Mas a floresta mantinha-se basicamente de pé em grande extensão contínua, embora modificada. O que viria a ser o extremo sul da Bahia estava, em grande parte, organicamente ligado às comunidades nativas que aqui viviam e por onde transitavam. Passados séculos, partes do território baiano mais ao sul ainda contavam com cobertura florestal bastante preservada, permanecendo o interior

⁷ Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil* (São Paulo: Companhia das Letras, 1995).

afastado do litoral uma paisagem distinta daquela observada na sub-região litorânea. A integração econômica capitalista não havia chegado à maior parte do território do extremo sul baiano até meados do século XX (Figura 3). Além dos grupos indígenas, a maior parte deles dispersados, por essa época viviam na região alguns poucos fazendeiros, posseiros, sitiantes, comunidades remanescentes quilombolas e populações mais ou menos concentradas em pequenos núcleos de povoamento. Os núcleos se ligavam aos poucos distritos existentes. A porção meridional da Bahia, separada da Mesorregião Sul do estado na altura do município de Belmonte, tinha apenas seis municípios em 1950, todos estes com sede no litoral, alguns poucos distritos e pequenos povoados circundados por densa floresta⁸.

Figura 2. Mesorregiões Sul e Extremo Sul da Bahia (até 2010)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (adaptado)

⁸ Em 1950 formavam o território do extremo sul da Bahia os seguintes municípios: Santa Cruz Cabrália, Porto Seguro, Prado, Alcobaça, Caravelas e Mucuri.

Quando na modernidade o colonizador europeu desembarcou em solo não conhecido por ele, apresentou uma postura ambivalente que o acompanhou coletivamente por séculos. Entre a percepção sensorial/sensual da paisagem da América descoberta e a ação imperiosa e agressiva de controle da natureza e cobiça desmedida das riquezas animais, minerais e vegetais dividiu-se a empenho colonizador europeu (SEVCENKO, 1996). A extensão, o alcance e a duração da percepção e captura da paisagem variou de lugar para lugar no imenso continente desconhecido dos brancos. O território do extremo sul da Bahia até meados do século XX consistia em uma paisagem selvagem aos olhos do colonizador. A vegetação nativa se estendia amplamente por todo o território do extremo sul da Bahia em 1940/50 (SANTOS, 2017). Surpreende como a região tenha se mantido assim até esse período a julgar pela fúria conhecida do empreendimento colonial português, ainda mais por ter sido o litoral baiano o primeiro espaço de ocupação e povoamento colonial. Mas a surpresa é apenas aparente.

Há séculos diversos grupos nativos ocuparam o território do atual extremo sul, percorrendo ao longo do tempo toda a sua extensão. Em 1500 habitavam a longa faixa litorânea que se estendia de Camamu na Bahia até o rio Paraíba do Sul os povos de fala tupi, mais precisamente os tupiniquins, entre Ilhéus e o norte do Espírito Santo (HEMMING, 2018). No interior viviam os muitos grupos denominados inicialmente pelas autoridades portuguesas da época colonial de “botocudos” e “aimorés”. Durante décadas de expansão da mineração do ouro na província de Minas Gerais toda a região que comportava o nordeste e parte do norte de mineiro, todo o norte do Espírito Santo e o atual extremo sul da Bahia foi considerada pelo Império como “zona proibida”, por onde não deveria haver caminhos que levassem estrangeiros, pessoas e grupos indesejados no sentido do litoral ao interior aurífero da província mineira (PARAISO, 2006, p. 44). Acossados em muitas frentes de colonização, acorreram ao longo de todo o século XVIII para estes “sertões do leste” muitos grupos indígenas, principalmente aqueles que não desejavam se adaptar à ordem colonial. No século seguinte os botocudos estavam largamente distribuídos neste espaço, quando a “zona tampão” de outrora passou a ser um empecilho para as novas frentes de colonização

do nordeste mineiro com o declínio da mineração. Desde então o Império, estimulado pela vinda da Corte Real para o Rio de Janeiro em 1808, modificou sua orientação anterior e passou a incentivar e apoiar a colonização dos “sertões profundos” do leste. Na porção baiana destes sertões os povos nativos se concentraram e se expandiram ao longo de todo o século XIX. As primeiras fazendas, sítios e posses do extremo sul fora da zona litorânea se constituíram entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX. Antes disso o interior da região era local de vivência de alguns dos povos “botocudos”. Colonos e povos nativos entraram em confronto neste espaço à medida que a colonização avançava a partir do nordeste mineiro e norte do Espírito Santo. Os indígenas ficavam cada vez mais ameaçados em seus territórios, e revidaram com ataques aos povoados e vilas (MARTINS, 2018). O avanço definitivo da ocupação colonizadora se deu pela expansão incessante da fronteira agropecuária na segunda metade do século XIX. Agrupados em aldeias, ou como “índios soltos”, os povos nativos foram sendo combatidos e empurrados cada vez mais para áreas reduzidas de seu antigo território. Entre a virada da primeira para a segunda metade do século XX o extremo sul passará por dramáticas modificações, em razão da expansão da fronteira agropecuária e do incremento do extrativismo madeireiro.

Figura 3. Cobertura de Mata Atlântica do Extremo Sul da Bahia (1946)



Fonte: Robert Ricklefs. A economia da natureza (Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008).

Em 1948 e 1952 instalam-se no extremo sul da Bahia as primeiras madeireiras de grande porte: Eleosippo Cunha e Bralanda (CEPLAC, 1975). São empresas dedicadas à exploração, aquisição, beneficiamento e comercialização de madeiras oriundas de áreas de matas, florestas e fazendas. As operações destas empresas não eram ditadas pelo caráter esporádico da atividade na região, mas sim permanente do empreendimento; e diferentemente de outros estabelecimentos madeireiros do passado, os novos visaram penetrar profundo nos territórios até então pouco explorados economicamente, visando o comércio de madeiras nobres e a apropriação de terras. A expansão para os antigos sertões isolados do leste era agora o que motivava muitos a partir em direção do “interior selvagem”, abundante em riquezas vegetais e, se imaginava à época, minerais, além evidentemente da propriedade do solo. A atuação das madeireiras desconhecia as demarcações territoriais estaduais, portanto políticas, orientando-se pela busca das riquezas naturais. Iriam aonde tivesse mata para ser explorada, de forma legal ou mesmo ilegalmente.

A dinâmica da atividade madeireira empresarial na região entre a virada da primeira para a segunda metade do século XX pode ser compreendida como proto-industrial. Por essa época, não se tratava, por um lado, da acumulação propriamente industrial no espaço do extremo sul, na medida em que o capital industrial se encontrava ausente, sendo o capital comercial o organizador da distribuição das mercadorias, a partir de um espaço socioeconômico concreto. Por outro lado, parte crescente da produção de mercadorias no interior da região procurou atender demandas externas, estimuladas pela valorização em outras regiões, como é o caso das trocas com agentes econômicos instalados na região Sudeste do país, mas não apenas aí. Com o incremento do intercâmbio de mercadorias aumentou a movimentação dos capitais, ampliando-se o seu alcance espacial. O espaço regional inicialmente não organizado em função da acumulação do capital industrial, à medida que vai se integrando, subordina o território ao movimento do capital industrial preponderante nas regiões economicamente mais ricas. As atividades econômicas que começam a promover a integração dos territórios no interior do extremo sul (litoral e interior), e deste com a economia nacional (Sudeste e Nordeste), expressam o

movimento de transição que vai da dominância do capital mercantil ao predomínio do capital produtivo na região. É a sua fase proto-industrial.

Aliava-se ao extrativismo madeireiro a pecuária extensiva, crescentemente bovina, em franca expansão já por volta do final da década de 1940 (IBGE, 1956). Ambas as atividades econômicas, extrativismo e pecuária, expandiam-se por sobre áreas de Mata Atlântica⁹. Já no início da década de 1970 fica evidente o esgotamento da floresta, brotando na paisagem como pequenas e médias “manchas verdes” descontínuas (Figura 4). O caráter sistemático da extração de “madeiras de lei” fez com que a abundância em poucos anos se convertesse em escassez¹⁰. Outros tipos de madeira, tidas como “não nobres”, foram adquiridas por fazendeiros, empresas e consumidores privados, num processo que se intensificou na virada dos anos 1960 para 1970. Os usos da madeira retirada da Mata Atlântica foram se diversificando com o tempo. O comércio era mais concentrado inicialmente na consumo suntuosa das madeiras “nobres”, mas logo surgiram demandas crescentes por madeiras de menor valor agregado para uso na construção civil e na atividade industrial intensa, principalmente em determinadas áreas do Sudeste do país. Com o aumento exponencial da demanda o potencial regenerativo da floresta ficou impossibilitado pela intensificação dos processos de extração e, simultaneamente, pelo avanço das fazendas, o que provocou desequilíbrios ecossistêmicos acentuados. Assim, a expansão da fronteira econômica resultou no início da devastação da Mata Atlântica no extremo sul da Bahia entre o final dos anos 1940 e início da década de 1970.

Este período corresponde à formação social do extremo sul da Bahia – a produção socioeconômica e cultural de uma região. Não se tratava mais, desde então, apenas do velho litoral sul baiano. O extremo sul que se oficializa na década de 1950 é agora o seu litoral e o seu interior, ocupados por crescente população e expansão territorial rural e urbana. A história da formação territorial e social do extremo sul é também a história de sua interiorização.

⁹ Embora importante, a agricultura teve menor importância econômica para o extremo sul neste período.

¹⁰ As “madeiras de lei” têm características específicas de durabilidade, resistência a insetos, maior diversidade de aplicação, crescimento mais lento e elevado valor comercial. No período colonial essas espécies de madeira só podiam ser derrubadas com permissão da Coroa, por meio de lei régia, daí a denominação “madeira de lei”, mantida popularmente até os dias de hoje.

A investigação de processos de “ruptura ecológica” é um importante tema de estudo da história ambiental. Por essa razão o desequilíbrio ecológico é parte integrante de um programa de estudo em história ambiental. No extremo sul da Bahia a exploração da floresta originária, dos solos, enfim, do conjunto dos recursos naturais pelas frentes de povoamento colonizador pode ser observada em dois momentos diferenciados ao longo do século XX¹¹. Estas etapas, cada um a seu modo, foram marcados por tensões entre as frentes de colonização e os grupos humanos que lá viviam antes de sua chegada. Surgiram muitos conflitos entre colonos, povos indígenas, camponeses e comunidades tradicionais (quilombolas, ribeirinhos). O primeiro desses momentos ocorre sem maiores modificações por entre os anos 1940-50, e é caracterizado pela rusticidade do empreendimento extrativista e pela determinada expansão da fronteira agropecuária para o interior. O segundo, pautado por modesto incremento tecnológico e pela introdução da gestão empresarial em alguns setores, se estende a partir do final da década de 1950. Pode-se incluir um terceiro momento, com a preparação e implantação da silvicultura do eucalipto, na passagem dos anos 1980 para a década de 1990, durando até os dias atuais. Contudo, este último momento não é alvo de nossos interesses neste artigo.

¹¹ Sebastião Cerqueira Neto, “O Extremo Sul da Bahia que não pertence a Bahia”, in *Caminhos da Geografia*. (Uberlândia-Brasil, 2011). <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/16566/9228>.>

Figura 4. Cobertura de Mata Atlântica do Extremo Sul da Bahia (1974).



Fonte: Robert Ricklefs. A economia da natureza (Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008).

A devastação da Mata Atlântica no extremo sul baiano ocasionada pelo extrativismo sistemático e pela pecuária extensiva não pareceu ser um problema inicialmente, ao contrário. Na toada favorável ao desenvolvimento econômico do mundo ocidental pós Segunda Guerra Mundial, o Brasil também vivia a euforia do progresso, alimentada pela ideologia desenvolvimentista e por teorias estrangeiras para o desenvolvimento econômico. As teorias do desenvolvimento deste período afirmavam que os países “subdesenvolvidos” poderiam seguir os passos dos países capitalistas mais avançados e ofereciam programas e diretrizes a serem seguidas

nesta direção¹². Nesta conjuntura, a palavra de ordem das políticas nacionais brasileiras era o desenvolvimento econômico, de modo ainda mais entusiasmado do que no período anterior de desenvolvimentismo (1930-50). A sociedade brasileira era instigada pela política nacional a seguir os passos que levariam ao progresso, ainda que nem sempre os estados da federação estivessem dispostos e preparados para realizar esse empreendimento da civilização capitalista na sua disputa geopolítica com o bloco socialista rival.

No extremo sul baiano, encontramos ecos do desenvolvimentismo nacional, a despeito da quase total ausência efetiva de políticas de desenvolvimento estaduais para a região. Ainda assim, não foram desprezíveis os impactos socioeconômicos e ambientais. Mas, por outro lado, a natureza ofereceu resistência ao avanço socioeconômico regional, num momento em que a acumulação de capital, produzido internamente e transferido de outras regiões, embora tivesse passado desde os anos 1950 por um renovado incremento, ainda era insuficiente para submeter totalmente a paisagem natural aos seus interesses estreitamente econômicos. Dito de outra forma, a floresta e o modo de vida dos povos originários e tradicionais a ela ligados eram um obstáculo real ao desenvolvimento que se compreendia como necessário e possível.

Dando continuidade à exploração sistemática promovida por empresas madeireiras e madeireiros autônomos, com a crescente degradação da Mata Atlântica, entre meados dos anos 1960 e início da década de 1970, muitas pequenas e médias serrarias foram abertas no extremo sul, em sua maioria, por pessoas vindas do estado vizinho do Espírito Santo. Serrarias, madeireiras e fazendas intensificaram em curto período de tempo, e de forma dramática, a devastação da Mata Atlântica do extremo sul da Bahia.

Em 1974, a cobertura vegetal do extremo sul, quando comparada com a de 1945, causa espanto pelo grau de destruição. Crescentemente foram surgindo núcleos de povoamento, enquanto outros já existentes se ampliavam a partir de pequenas

¹² Bianca Bonente, *A economia do desenvolvimento em perspectiva histórica: novos rumos da disciplina* (Uberlândia-MG: Mestrado em Economia do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, 2007); Fernando Prado, *A ideologia do desenvolvimento e a controvérsia da dependência no Brasil contemporâneo* (Rio de Janeiro: Doutorado em Economia e Política Internacional do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015); Sandro Dutra e Silva, *No caminho um jatobá, enfrentamento e devastação a natureza na conquista de "último oeste"*. In Franco, José Luiz, Sandro Dutra e Silva, José Augusto Drummond, and Giovana Tavares. *História Ambiental: Fronteiras, Recursos Naturais e Conservação da Natureza*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012

comunidades locais, fundamentalmente de economia tradicional, formando uma sociedade composta por exploradores e trabalhadores madeireiros, fazendeiros e pequenos comerciantes, ao lado de antigos posseiros, agregados e grupos indígenas (KOOPMANS, 2005).

Agrupamentos sociais novos iam se configurando em torno da exploração madeireira da floresta. Tão logo um agrupamento social se formava, ou se reconfigurava, havia o incremento da predação do meio natural. As árvores, sobretudo as comercialmente mais desejadas, rapidamente eram transformadas em mercadorias, enquanto outras eram deixadas pelo caminho ou viravam combustível. Mas não apenas os arvoredos, mas a mata como um todo desaparecia, para dar terreno aos animais de pastagem e às lavouras e, muito em breve, às edificações urbanas em todos os municípios do extremo sul (IBGE, 1956; 1965; 1973b).

Desde a década de 1950 a extração madeireira se constituía em atividade econômica destacada no interior do extremo sul, embora oficialmente seu peso seja bem menor do que a sua real importância. A penetração simultânea de pecuaristas e agricultores, menos estes e mais aqueles, muitas vezes encontravam as terras parcialmente “limpas”, o que levava o desflorestamento ao paroxismo. A paisagem que caracterizaria o atual extremo sul começava a se estabelecer, composta cada vez mais de pastagens e campos abertos cercados¹³. Na trilha da exploração madeireira, a pecuária extensiva transformou imensas áreas em campos de gado. Experimentou-se, em curto espaço de tempo, um forte e violento movimento de concentração de terras, o que não se fez sem provocar conflitos fundiários¹⁴. Processos de urbanização regional foram marcados pelo avanço desordenado na maioria das localidades, alterando gradualmente a antiga relação entre cidade e campo. Contudo, o extrativismo madeireiro sistemático- predatório e a pecuária extensiva tradicional, a despeito da ampla e rápida devastação ambiental que empreenderam para se consolidar no extremo sul, não estão na origem da urbanização apressada e seu subproduto histórico, o êxodo rural sem controle político. O êxodo rural massivo no extremo sul se verificará depois, no novo contexto de final dos anos 1980, tendo por

¹³ Raul Reis Amorim e Regina Célia Oliveira, “Degradação ambiental e novas territorialidades no Extremo Sul da Bahia”, in *Caminhos da Geografia*, v. 8, no. 22 (Setembro, 2007), p. 118-37

¹⁴ Pe. José Koopmans, *Além do eucalipto: o papel do extremo sul*. (Teixeira de Freitas-Ba: DDH/CEPEDES, 2005).

explicação outras razões, ainda que se identifiquem entre um e outro momento certas continuidades históricas.

Apesar do extrativismo madeireiro sistemático e da pecuária extensiva serem os propulsores econômicos desde a década de 1950, estimulando ocupações, povoamentos, acumulação e circulação econômica, é claro que estas não foram as primeiras atividades econômicas do território. Desde há muito havia a pequena produção agrícola, o comércio, fazendas e roças, além de trocas com outras regiões. Nas primeiras décadas do século XX, por exemplo, um movimento incessante de migração de pessoas e famílias de Minas Gerais e Espírito Santo chegava ao interior do extremo sul. Na esteira desse processo:

[...] aumentava o número de propriedades dentro da Mata. Surgiram os primeiros povoados no interior, completamente isolados do litoral [...] Era uma sociedade de pequenos produtores, de posseiros ou de camponeses e pescadores. A maior parte que morava na zona rural era formada de camponeses que viviam da produção familiar, cultivando suas roças, sobretudo produtos alimentícios. Era uma economia de subsistência ou tradicional [...] Dependendo da região, era o café ou o cacau, e às vezes a criação de porcos.¹⁵

Em suma, a devastação florestal do extremo sul é obra da conjugação do extrativismo madeireiro crescente, e cada vez mais intensivo, com a agropecuária em expansão, sobretudo a pecuária extensiva, já a partir de final da década de 1940. Por certo outros empreendimentos econômicos posteriores aprofundaram a destruição, contudo, as modificações ambientais, econômicas, sociais e culturais causadas por esse período inicial de acumulação de capital em toda a região, integraram a formação territorial e geraram parte substancial do progresso material e dos problemas daí decorrentes que ainda hoje se reconhecem no extremo sul da Bahia.

¹⁵ Pe. José Koopmans, *Além do eucalipto: o papel do extremo sul*, p. 29-30.

HISTÓRIA AMBIENTAL DO EXTREMO SUL BAIANO

As relações propriamente capitalistas de produção no extremo sul limitavam-se, quando muito, à sub-região litorânea. Contudo, estas começam a se expandir com a atividade extrativista madeireira proto-industrial de meados do século XX, com a chegada das grandes madeireiras ao interior¹⁶. Desde então, e até por volta de 1972/4, período de conclusão do trecho regional da rodovia federal BR 101, dá-se o processo histórico de formação que culminará no atual extremo sul da Bahia. Esse desenvolvimento socioeconômico capitalista inicial gerou conflitos sociais e danos ambientais, que podemos sintetizar em processos diversos de povoamento, urbanização, degradação natural, violência, etc.¹⁷.

Desde os desenvolvimentos da história ambiental como campo de estudos científicos entre o final dos anos 1960 e início da década de 1970, esta disciplina, chamemos assim, aperfeiçoou um rico e flexível instrumental teórico-metodológico para a compreensão das interações entre ser social e meio ambiente natural, na configuração histórica de territórios regionais. Parece sensato afirmar que uma das preocupações metodológicas centrais da história ambiental passou a ser a compreensão e a explicação das interações das comunidades humanas com a “natureza”; as reciprocidades, o alcance e as mudanças ao longo do tempo¹⁸. Indagar a influência das ações humanas sobre o ambiente natural sim, mas analisar também os condicionamentos colocados por este para as diversas comunidades humanas¹⁹. Parte importante da produção científica contemporânea, que tradicionalmente é separada em “ciência sociais” (ou humanas) e “ciências naturais”, vem tentando superar não exatamente as distinções conceituais entre natureza e sociedade, como a dicotomia

¹⁶ CEPLAC, *Diagnóstico socioeconômico da região cacauzeira*, vol. 8 (Rio de Janeiro: CEPLAC / Inter-American Institute of Agricultural Sciences, 1975).

¹⁷ Sebastião Cerqueira-Neto, “O Extremo Sul da Bahia que não pertence a Bahia” in *Caminhos da Geografia*. (Uberlândia-Brasil, 2011).

¹⁸ Donald Worster, “Para fazer história ambiental”, in *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro, v. 4, no. 8, 1991); José Augusto Drummond, “A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa”, in *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro, v.4, no.8, 1991), p. 177-197; José Augusto Pádua, “As bases teóricas da história ambiental”, in *Estudos Avançados* (Rio de Janeiro: v. 24, no. 68, 2010), p. 81-101.

¹⁹ A crítica ambiental como ciência começava a aparecer na passagem do século XVIII para o XIX no mundo ocidental/ocidentalizado, conforme José Augusto Pádua, “As bases teóricas da história ambiental”. A ciência iluminista começava a falar em “sistemas naturais” interdependentes. Alguns textos e autores tomaram lugar de destaque nessa discussão. Em 1760 o naturalista sueco Lineu, em conjunto com H. Wilcke, já afirmavam ser possível julgar quão importante é cada uma das disposições da natureza. O livro *Man and Nature or Physical Geography as Modified by Human Action* do diplomata norte-americano George Perkins Marsh, publicado em 1864, procurava sistematizar as transformações provocadas pela ação humana. Outro precursor foi o brasileiro José Bonifácio de Andrada e Silva, que escreveu já em 1815 sobre o problema ambiental da perda de bosques em Portugal (ver José Augusto Pádua, “As bases teóricas da história ambiental”, in *Estudos Avançados*, v. 24, no. 68 (Rio de Janeiro: Usp, 2010), p. 81-101).

que se instaurou entre ambas ao longo da história, propondo em seu lugar uma concepção relacional, ou ainda uma identidade/diferenciação no interior de uma unidade, que chamamos de dialética. Os condicionamentos ambientais à ação humana se dão, a título de exemplos, em situações como as que

[...] possibilitaram colheitas boas ou ruins, empurraram os preços para cima ou para baixo, puseram fim ou iniciaram epidemias, contribuiu para o crescimento ou a diminuição da população [...] Ou as grandes fomes que se seguem às secas, ou os rios determinam o fluxo de ocupação de um território²⁰.

Se, por um lado, a título de exemplo que aqui nos interessa, uma das consequências do desenvolvimento econômico foi a destruição maciça de cobertura vegetal atlântica do extremo sul da Bahia, por outro, é preciso indagar se e como o meio natural criou algum obstáculo a expansão da atividade econômica, ao estabelecimento de comunidades locais, etc. Um exame mais minucioso das dificuldades decorrentes da ocupação humana de áreas naturais é uma das proposições estimulantes da história ambiental. As dificuldades de adaptação a um lugar, ao um clima, ou a outro fator ambiental qualquer, ou até mesmo a impossibilidade total de continuar o empenho. Evidentemente que tais óbices são relativos às distintas capacidades humanas de poder superá-los, que se apresentam em temporalidades e espacialidades distintas. No limite há o colapso, como verificado em diferentes momentos históricos, por diferentes povos, com variados níveis de desenvolvimento cultural e tecnológico (DIAMOND, 2007). A história ambiental não deveria então admitir a natureza como limite absoluto à ação humana, assim como não deve considerar também apenas a atividade humana como forças ativas, geradora de mudanças.

Mas a consideração do “não humano” na composição da história humana não se deve apenas às dificuldades e impossibilidades derivadas do contato entre o ser social e a natureza fora dele, senão também de outros tipos de condicionamento implicado nas interações ser social-natureza no interior da totalidade socioambiental. Os não

²⁰ Donald Worster, “Para fazer história ambiental”, in *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro, v. 4, no. 8, 1991), p. 04.

humanos são condicionantes da ação humana, mas não os consideramos sujeitos históricos como ocorre em certas concepções teóricas²¹. O ser humano é ele próprio mundo natural, ao mesmo tempo em que a condição humana o diferencia da natureza. Os humanos e os “não humanos” estão em interação permanentemente no interior da totalidade socioecológica da qual são integrantes. Exatamente por serem diferentes afirmam-se e opõem-se entre si. Compõem uma unidade de contrários. Da interação contraditória deriva o movimento que caracteriza a relação do ser social, que é parte da natureza, com a parcela da natureza fora dele. Portanto, distinguir não significa dicotomizar.

A nosso juízo, a recente história ambiental abandonou tanto a perspectiva exclusivista do “homem devastador”, tanto quanto a versão apologética do progresso. São modelos interpretativos incompletos, insuficientes, quando não equivocados, se tomados separadamente. Sem colocar em lados opostos o ser social e a natureza, deve-se admitir, contudo, reconhecer o potencial criador, ou destrutivo, da ação humana não implica desconsiderar os efeitos desta sobre o meio natural, sobre os processos sociais, econômicos e culturais, sobre o indivíduo. Distinguir não significa negar a unidade ser social-natureza, pois diferença e identidade compõem a oposição dialética no interior da unidade mesma.

A história ambiental que pretendemos tem por perspectiva teórica a integração das forças produtivas – meios de produção, trabalho, tecnologias, etc. –, das relações sociais – propriedade, dominação, conflito, etc. – e das condições ambientais de possibilidade de produção da vida²². Pode-se incluir abordagens que integrem os modos de ser, sentir, pensar e representar dos seres humanos (PÁDUA, 2010).

O desenvolvimento socioeconômico do extremo sul da Bahia explica a devastação da Mata Atlântica na região, assim como a destruição da floresta ajuda a explicar a formação social do extremo sul, com seu arco de modificações sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais. Permite compreender o papel que as condições ambientais tiveram na modelagem dos métodos produtivos adotados e,

²¹ Para a apreciação de uma compreensão teórica distinta da aqui adotada, que trata de “humanos e não humanos” ver Diogo Carvalho Cabral, *Na presença da floresta: Mata Atlântica e história colonial* (Rio de Janeiro: Garamond, 2014).

²² Michael Löwy, *O que é ecossocialismo?* (São Paulo: Cortez, 2014).

inversamente, os impactos que a adoção desses métodos produziu no meio ambiente. Enfim, um programa de estudo que considere a transformação social do ambiente natural, bem como as condicionantes naturais da organização social. Com efeito, a emergência histórica do extremo sul baiano não será bem explicada se abstrairmos o estudo das interações entre os membros da comunidade e a natureza à qual se integram de modo ativo.

A história ambiental aponta, entre escalas regionais e locais, qual tipo de sociedade se formou em torno dos diferentes recursos naturais que a região disponibiliza²³. Tomando o extremo sul como exemplo, a abundância de árvores nativas que caracterizava a região em meados do século XX fez deste recurso natural uma mercadoria de disputado valor, cuja exploração em escala crescente, tornada possível pela extração sistemática, elevou a demanda por força de trabalho, e com o incremento da renda da terra possibilitou processos de urbanização crescentes. A sociedade forjou-se em meio ao vigor pujante da derrubada da Mata Atlântica. A degradação da natureza e do trabalho nela consumido, e a conversão de bens naturais em mercadoria estão na raiz histórica do nascimento e desenvolvimento do extremo sul.

Outro desafio teórico estimulado pela história ambiental é a compreensão de como as interações que envolvem natureza e sociedade produzem alterações e continuidades históricas. O tempo histórico humano é parte integrante do tempo biológico mais abrangente, que compreende a presença da vida na Terra. Há distintos ritmos temporais, dependendo se a perspectiva assumida centra-se em comunidades humanas ou no mundo natural. Essa consideração, entretanto, não implica abandonar a compreensão da história como “tempo do humano”. Como a vida humana não totaliza a passagem do tempo, a natureza tem o seu “tempo”, independentemente daquela. Para a história ambiental o importante é procurar as conexões entre essas temporalidades, suas interdependências e distanciamentos. No extremo sul da Bahia a atividade produtiva e criativa humana criou as condições que levaram, com o tempo, à organização do trabalho, aos processos de urbanização no interior do território e aos

²³ José Augusto Drummond, *A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa*, in *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro, v. 4, no. 8, 1991), p. 177-197.

distintos modos como as pessoas buscam realizar e refletir suas vidas. Tratam-se dos repertórios de experiências materiais e mentais que determinada formação social condiciona e engendra. A organização social humana difere do ordenamento relativamente regular dos sistemas puramente naturais, pois a vida humana em sociedade e a dinâmica do mundo natural possuem ritmos próprios, a despeito das interações que mantêm entre si. Tal descompasso interessa à história ambiental, na medida em que cada uma das dimensões ajuda a explicar a outra, em um todo articulado de interações.

Natureza e sociedade não apenas possuem tempos distintos, como também ritmos de mudança variados²⁴. O que importa fundamentalmente para a história ambiental não é essa constatação em si, mas sim como os diferentes ritmos de mudança podem ser alterados em razão do contato entre o ser social e a natureza. O consumo de recursos naturais pelas comunidades humanas na organização social de suas vidas é exemplar desse encontro; a produção industrial de substâncias que modificam a composição e proporção dos gases e partículas da atmosfera é outro bom exemplo.

O estudo da história ambiental do extremo sul da Bahia, como o de qualquer região, território, fronteira, etc., deve integrar, além dos aspectos assinalados, outros desenvolvimentos teóricos, produzidos pelas ciências ambientais. Além da observância da produção material da vida, dos fluxos migratórios, da demografia, dos conflitos sociais, das representações culturais, etc., faz-se necessário investigar também os “sistemas naturais” ou componentes ambientais: vegetação, solo, fauna, recursos hídricos, atmosfera, clima.

O historiador ambiental deve acostumar-se a explorar na sua pesquisa, e incluir no seu repertório, temas como biosfera, ecossistemas, biomas, biomassas, fluxos energéticos, formações florestais, bacias hidrográficas, etc. Ele precisa estar atento aos fatores bióticos e abióticos, às forças antropogênicas, aos recursos naturais – água, madeira, estoque alimentar, etc. –, aos habitats, à matéria e energia, as condições biofísicas e bioquímicas, ao metabolismo orgânico, entropia, etc. A história

²⁴ Donald Worster, “A natureza e a desordem da história”, in. Franco e Silva e Drummond e Tavares. *História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza* (Rio de Janeiro: Garamond, 2012), p. 367-384.

ambiental busca informar-se de potenciais perturbações ambientais, tais como escassez hídrica, extinção de espécies, contaminações (solo, água, ar), desmatamento, crescimento de populações, elevação das temperaturas, desequilíbrios ecológicos, apenas para citar alguns exemplos.

Dessa forma, um programa de estudo socioambiental para o extremo sul da Bahia, além dos temas conhecidos das ciências sociais para pesquisas sobre região e território – povos nativos, migrações, ocupações humanas, vias de comunicação e transporte, etc. – precisa incorporar também a biogeografia²⁵. O estudo da cobertura florestal dominante no extremo sul, a Mata Atlântica, pode considerar, por exemplo, além do bioma constituinte, os tipos e subtipos de florestas, as características peculiares a cada um e a relação que mantém entre si e com o meio circundante. A hidrografia, com suas fontes, fluxos e reservas de água associadas, devem constar das preocupações da pesquisa, dada a interação com a floresta, assim como a topografia, o solo e a fauna, em razão tanto da composição e dos nutrientes que estes sistemas ambientais produzem, quanto da dependência que mantêm da floresta.

Aspectos biofísicos e bioquímicos correlacionados, como clima, massa, energia, luz, etc., produzem naturalmente a floresta, e portanto são aspectos para sua compreensão. Estudos recentes sobre florestas, dentro e fora do Brasil, têm chamado atenção para interações menos perceptíveis, que ultrapassam fronteiras geográficas consagradas e ecossistemas contíguos conhecidos²⁶. Estas pesquisas têm confirmado hipóteses que afirmam o papel das florestas no equilíbrio climático global, com destaque para os regimes pluviométricos e as temperaturas. São estudos que visam descobrir a influência das florestas naturais para a mudança climática global.

Um programa de estudos em história ambiental a ser aplicado à pesquisa histórica da formação social do extremo sul da Bahia precisa integralizar as dimensões sociais, econômicas e culturais às componentes ambientais que conformam este espaço territorial.

²⁵ Ely Bergo de Carvalho, “Um modo de vida na fronteira: uma história ambiental de Campo Mourão, Paraná, 1903-1939”, in: Franco e Silva e Drummond e Tavares (Orgs.). *História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza* (Rio de Janeiro: Garamond, 2012), p. 189-202.

²⁶ Laura Borba e Carlos Nobre, *Secas na Amazônia* (São Paulo: Oficina de Textos, 2013).

DILEMAS AMBIENTAIS DA FORMAÇÃO DO EXTREMO SUL BAIANO

O território do extremo sul da Bahia é caracterizado por fragilidades ecossistêmicas típicas de florestas tropicais úmidas, como as florestas Atlântica e Amazônica. A florística bastante diversificada requer grande troca energética em razão da reciclagem natural dos nutrientes do solo e da ação filtradora do tipo de vegetação²⁷. Essa fragilidade se agrava com a ação humana desregulada, podendo atingir níveis alarmantes. Do equilíbrio ambiental natural pode se passar ao ponto crítico de “ruptura ecossistêmica”. A ruptura ecológica indica quando alterações ambientais de um ecossistema não permitem mais retorno ao ponto de equilíbrio anterior. A impossibilidade de retorno ecossistêmico também pode gerar danos à organização humana, podendo mesmo levar a situações de colapso social.

A investigação em história ambiental não poderia prescindir do estudo das modificações ecológicas sobre os ecossistemas por seus agentes. Apesar da condição natural, a situação atual dos ecossistemas do extremo sul é resultado da ação humana predatória, própria do desenvolvimento socioeconômico dominante.

As evidências permitem afirmar que o processo histórico de formação social e econômica da região valeu-se da expansão crescente sobre a terra sem cuidar da estabilidade e da manutenção dos ecossistemas, no que se seguiu uma total desobrigação de conservação e preservação dos recursos naturais para o período que aqui abordamos. O historiador ambiental precisará, então, buscar identificar como era a paisagem anterior, aquilo que for possível verificar no que se modificou e o que se perdeu ao longo do processo histórico de ocupação e povoamento humano.

Na formação territorial do extremo sul baiano o extrativismo madeireiro sistemático, e a pecuária extensiva “de corte” precisaram atender às urgências daquela sociedade em formação, com suas necessidades, tradições, tecnologias e conhecimentos técnicos, assim como da crescente demanda externa estimulada pelo desenvolvimento econômico nacional, sobretudo nos estados do Sudeste brasileiro.

²⁷ Raul Reis Amorim e Regina Célia Oliveira, “Degradação ambiental e novas territorialidades no Extremo Sul da Bahia” in *Caminhos da Geografia*, v. 8, no. 22 (Setembro, 2007), p. 118-37; Laura Borba e Carlos Nobre, *Secas na Amazônia* (São Paulo: Oficina de Textos, 2013)

Resultou disso, sabemos hoje, uma ocupação predatória e desordenada, que devastou a paisagem natural.

Em duas décadas a população residente total do extremo quase triplicou de tamanho, passando de 130.028 habitantes em 1950 para 370.365 moradores em 1970 (IBGE, 1955; 1973a). Foi o período de incremento populacional mais acentuado da região até então, o que levou a uma ocupação intensiva das áreas de floresta e, conseqüentemente, gerou impactos novos sobre os solos, alterando em muitos aspectos e graus a paisagem, ampliando como nunca até então o consumo social dos recursos naturais disponíveis. Por seu lado, o ambiente condicionou o fluxo das ocupações do território e os modos de organizar a vida social e cultural na região, com o que acentuou o desequilíbrio ambiental do extremo sul.

Numa situação assim, é certo que o historiador precisará investigar a floresta remanescente, mas cuidando de considerar outros componentes ambientais fundamentais, importantes para a caracterização, inclusive, das condições de ocupação e produção humanas: solos, clima, fauna, flora, água, topografia. A observação destes sistemas ambientais, bem como sua condição em cada momento, nos permitirá avaliar não apenas o desflorestamento, mas também perdas de solos, degradação do bioma (Mata Atlântica), redução da biodiversidade, diminuição dos fluxos e estoques hídricos e até mesmo alterações climáticas (regime de chuvas, elevação de temperatura, etc.).

Diante de processos intensos de alteração da paisagem, o investigador ambiental deve se questionar também sobre os danos e as destruições severas²⁸. Alguns impactos ao meio ambiente natural são irreparáveis, o que significa que não se poderá mais retornar às condições do relativo equilíbrio ecossistêmico originário, tendo sido certos bens e serviços naturais predados de forma mais rápida do que a natureza é capaz de produzi-los e regenerá-los.

Contudo, ao historiador ambiental não basta identificar os impactos da atividade humana sobre a natureza e das forças naturais sobre a organização humana. Cabe também considerar sua reversibilidade, ou não. Exemplo comum disso é o

²⁸ Jared Diamond, *Colapso* (Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2007); Nicolau Sevcenko, "O front brasileiro na guerra verde: vegetais, colonialismo e cultura". In *Revista USP* (São Paulo, no. 30, jun./ago. 1996), p. 108-119.

exame das dificuldades da manutenção de comunidades humanas em áreas ambientais gravemente degradadas. Evidentemente que quando processos humanos altamente danosos sobre o meio ambiente são submetidos à interferência de eficientes tecnologias de redução de danos, os impactos resultantes, bem como sua mitigação, ficam expostos à investigação concreta e o seu caráter irreversível deverá ser cientificamente comprovado (ou não). O avanço considerável, sobretudo nas últimas décadas, do conhecimento humano das questões ambientais – composição, funcionamento, interações, mudanças, etc. – tem contribuído crescentemente nessa direção. É possível que a irreversibilidade não seja uma condição permanente em todos os casos, ou que um sistema possa se modificar e ainda assim continuar a existir com outro grau de estabilidade, ou que desapareça por falta de ação de reversão, com todas as reações em cadeia que poderia provocar, não necessariamente conhecidas *a priori*. Mas nenhum novo equilíbrio ecológico recupera todas as dimensões perdidas da formação ecológica anterior. Ao menos em termos teóricos são essas situações que o investigador ambiental precisa considerar.

O historiador ambiental precisa considerar também as variadas intervenções criativas da ação humana na natureza, e não somente os seus impactos danosos que conduzem à destruição ambiental (PÁDUA, 2010). Qualquer que seja o movimento das comunidades humanas, ele implicará em trocas metabólicas – matéria e energia – e consumo de recursos naturais, de muitas formas. A extração madeireira sistemática e a implantação de muitas e grandes pastagens e lavouras no extremo sul dinamizaram a economia local, geraram rendas a diferentes grupos sociais e em níveis distintos, atraíram pessoas, desenvolveram modo de vida, estimularam e emularam instituições, geraram conhecimentos, etc. Tudo isso foi alimentado por contatos com movimentos econômicos, políticos e culturais mais amplos, nos níveis estadual, nacional e internacional.

MEIO AMBIENTE E CONFLITO SOCIAL

Os conflitos decorrentes da vida em sociedade integram a rede de relações e trocas culturais, sendo, portanto, constitutivos desta. Nesse sentido, não devem ser deixadas de lado em qualquer investigação de natureza social e econômica; o mesmo deve ser dito para o estudo das questões ambientais.

Ocupação e colonização de territórios, disputas pela posse da terra e suas riquezas, ações de grupos de interesse, entre outros, são exemplos corriqueiros de conflitos que se verificam nas disputas pelo controle e posse dos recursos naturais. Do ponto de vista teórico, os conflitos dependem da perspectiva sob a qual são examinados²⁹. Pode-se falar em duas grandes concepções de ordem social, que condicionam as interpretações dos conflitos sociais: as *teorias consensualistas*, nas quais os conflitos sociais são compreendidos como situações anômalas, resultado de alterações do curso normal da vida social, de tal modo que tendem a ser explicados em termos espasmódicos; e as *teorias conflitivistas*, para as quais os conflitos são compreendidos como inerentes a qualquer dinâmica social, como imperativo estrutural e motor da mudança³⁰.

Pode-se optar, naturalmente, por uma ou outra destas grandes linhas de interpretação. No interior de cada uma delas, inclusive, há diferentes correntes e tendências. Aqui, assumimos a perspectiva *conflitivista* da análise dos conflitos sociais. Assim, pretendermos estudar os conflitos ambientais decorrentes do processo de formação da região do extremo sul da Bahia a partir da concepção de que os conflitos são decorrentes de “modos de apropriação, uso e significação do território” por parte de indivíduos ou grupos de indivíduos que possuem formas técnicas, ou “práticas de apropriação social do mundo material” divergentes³¹. Em outras palavras, posseiros, camponeses, pequenos agricultores em geral, madeireiros (extrativistas), fazendeiros, intermediários (“atravessadores”), comerciantes, etc., agem sobre o ambiente natural

²⁹ Germán Silva-García, “La teoría del conflicto: un marco teórico necesario prolegómenos”, in *Derechos y Valores*, v. XI, no. 22 (Bogotá: Universidad Militar Nueva Granada, julho 2008), p. 29-43.

³⁰ Pedro-Luiz Cadarso, “Principales teorías sobre el conflicto social”, in *Norba 15 Revista de História*. (Cáceres, Espanha, 2001), p. 237-254.

³¹ Henri Acselrad, “As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais”, in *Conflitos Ambientais no Brasil* (Rio de Janeiro: Relume Dumará/Fundação Heinrich Böll, 2004).

condicionados por visões de mundo e interesses econômicos distintos, com “lógicas” próprias de apropriação de bens e serviços da Mata Atlântica.

Dada a complexidade e diversidade de conflitos envolvendo o meio ambiente, torna-se difícil caracterizar o que é específico do conflito ambiental. Em virtude da variedade de conflitos há, portanto, diferentes teorias ou concepções explicativas. Em função dessa pluralidade de concepções, Acselrad faz o uso da noção de “campo”, elaborada pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu. O campo conflitivo pode ser concebido como espaço social “relativamente autônomo, um microcosmo dotado de suas leis próprias”³². Campo é lugar de lutas “entre os agentes que o integram e que buscam manter ou alcançar determinadas posições [...] obtidas pelas disputas de capitais específicos valorizados de acordo com as características de cada campo”³³. É a posição que os agentes ocupam na “estrutura das relações objetivas” do campo que determina ou orienta as tomadas de posição dos agentes. O campo – científico, literário, artístico, ambiental, etc. – deve ser concebido de forma relacional e em constante movimento. Cada campo tem uma forma específica de capital, seja ele material ou simbólico.

A noção de campo propõe analisar os conflitos ambientais como decorrentes, por um lado, da distribuição de poder entre diferentes tipos de capital e suas personificações de classe, incluindo o que podemos chamar, para os efeitos da questão ambiental, de “capital material”, isto é, a capacidade dos atores de “terem acesso a terra fértil, a fonte de água, aos recursos vivos, aos pontos dotados de vantagens locacionais, etc.”³⁴. Por outro lado, conflitos ambientais podem ter origem em ideias que organizam visões de mundo e dão legitimidade aos “modos de distribuição de poder”. Os conflitos ambientais ocorrem no espaço social de um campo disputado, decorrentes das lutas sociais, econômicas, políticas e simbólicas, e os diferentes tipos de capital buscam a conservação da estrutura de poder e empenham-se em controlar a sua distribuição:

³² Pierre Bourdieu, *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico* (São Paulo: Editora da Unesp, 2004), p. 20.

³³ Elaine Aparecida Pereira, “O conceito de campo de Pierre Bourdieu: possibilidade de análise para pesquisas em história da educação brasileira”, in *Revista Linhas*, v. 16, no. 32 (Florianópolis, setembro/dezembro 2015), p. 337-356.

³⁴ Henri Acselrad, “As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais”, p. 23.

[...] grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis - transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos - decorrentes do exercício das práticas de outros grupos³⁵.

Sobre os conflitos sociais em meio a disputas ambientais o antropólogo e historiador José Sérgio Leite Lopes desenvolveu sua visão particular da “ambientalização de conflitos”³⁶. A expressão ambientalização já fora adotada nas ciências sociais para designar novos fenômenos, ou para fornecer novas percepções destes. Tal como em Acsehrad, Leite Lopes oferece um olhar processual e analógico dos conflitos ambientais. Busca relacionar contextos históricos, espaços, meio natural e conflitos sociais, tendo por referência os problemas ambientais.

A dimensão ambiental dos conflitos, a certa altura, torna-se parte integrante da argumentação dos grupos sociais em disputa. Em meio à complexificação dos conflitos ambientais envolvendo grupos sociais divergentes, as questões ambientais passam por apropriações, sendo elaborados discursos e práticas de confrontação, compondo, além disso, campos de representações culturais e políticas. Isso ocorre em razão dos interesses envolvidos e exortados, que implicam diferentes formas de contato, apropriação e usufruto dos recursos naturais. Em torno dos interesses surgem concepções conflitivas em relação à natureza, que levarão os agentes sociais a mobilizarem práticas e concepções.

Consideramos que o estudo da formação social, econômica e ambiental do extremo sul não deve olvidar as relações de força que se formaram entre diferentes grupos sociais aqui existentes: comunidades indígenas, quilombolas, posseiros, fazendeiros, trabalhadores, madeireiros, etc. Também o Estado precisa ser considerado. São conflitos de toda ordem, de extração política variada: econômica, jurídica, etc. Acreditamos que à história ambiental interessa conhecer os grupos locais

³⁵ Henri Acsehrad, “As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais”, in *Conflitos Ambientais no Brasil* (Rio de Janeiro: Relume Dumará/Fundação Heinrich Böll, 2004), p. 15.

³⁶ Processos históricos definidos como “ambientalização de conflitos” foram estudados pelo antropólogo José Leite Lopes e outros estudiosos ambientais, para isso ver José Sérgio Leite Lopes (coord.), *A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial* (Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004). Os conflitos em torno da questão ambiental assumiram a forma histórica de uma nova “questão pública”, merecendo um artigo escrito pelo autor dois anos depois para tratar especificamente deste tema (José Sérgio Leite Lopes, “Sobre processos de ‘ambientalização’ dos conflitos e sobre dilemas de participação”, in *Horizontes Antropológicos*, ano 12, no. 25 (Porto Alegre, Janeiro/junho 2006), p. 31-64.

que estruturaram interesses e organizam as suas lutas em torno de concepções sobre a natureza com a qual mantiveram, e continuam a mantêm, contato. O “discurso ambiental” não raro sintetiza formação territorial, desenvolvimento socioeconômico, condução política, vivência cultural, humanos e não humanos.

O contexto de avanço alucinado da apropriação privada dos recursos naturais, seguida da violenta luta pela terra em razão da acumulação de capital, pode ser escolhido como o ponto de partida, ainda que provisório, dos conflitos ambientais que se organizam em torno de grupos, movimentos, instituições e até indivíduos. Portanto, um dos preceitos desta proposição teórica de investigação histórica é levantar a questão ambiental com toda certeza, todavia integrada às experiências concretas dos agentes sociais, considerando contradições e conflitos. Uma história que poderia muito bem admitir o dístico híbrido “História socioambiental”.

No caso particular da formação socioeconômica do extremo sul da Bahia grande parte dos conflitos mais intensos giravam em torno da propriedade da terra, implicando tensões, em maior ou menor medida, entre povos originários, camponeses, quilombolas, fazendeiros e os “agentes” do Estado. Conflitos sociais que se apresentaram de muitas formas, e encontraram nas violências física e simbólica os meios recorrentes de sua tradução. Contra os povos indígenas levantou-se desde expedições de apresamento de índios, como era comum até o final do século XVIII, até tentativas mais brandas de aldeamento, particularmente na segunda metade do século XIX (PARAISO, 2009; MARTINS, 2018).

Precisamos considerar além da questão ambiental, os agentes sociais e suas experiências. Uma história para a qual poderíamos muito bem admitir o dístico híbrido “história socioambiental”³⁷. Isso não significa que a história ambiental não possa tratar aspectos naturais separadamente do ser social e histórico. Com efeito, são processos biológicos, físicos, químicos, mas também de interesses, de valores, de limites à ação e das condições de uso do meio ambiente. Importa conhecer a história dos conflitos em torno do meio ambiente natural, e de como se ligaram ao desenvolvimento e seus efeitos históricos. Dar a conhecer por meio da história as

³⁷ José Eli da Veiga, *A emergência socioambiental* (São Paulo: SENAC, 2007).

condições ambientais dadas e modificadas, as manifestações e suas justificativas, os processos de exploração, o desenvolvimento econômico e social, a formação cultural, a divisão social do trabalho, os modos de vida, etc. Em suma, historiador ambiental precisa atentar para as contradições em torno da realidade e dos usos dos recursos naturais, para o progresso, a modernização e suas contradições, para o equilíbrio ecológico, a devastação e as possibilidades de ruptura sociometabólica³⁸.

Os processos iniciais de formação socioeconômica empreendidos pelas personificações sociais do capital, em todas as épocas, costumam gerar um tipo de desenvolvimento pouco afeito àquilo que hoje chamaríamos sustentabilidade. A abordagem conceitual que podemos definir atualmente como “desenvolvimento sustentável” é relativamente recente, datando do início dos anos 1970, embora à época pesquisadores ligados a ONU tenham difundido inicialmente a expressão “ecodesenvolvimento”³⁹. E ainda assim o desenvolvimento sustentável é bem mais aceito na literatura e nos meios de comunicação do que posta em prática por agentes econômicos reais. A despeito da retórica em contrário, os agentes do capital não colocam efetivamente no centro de suas atenções o problema do limite intransponível dos recursos naturais. Refratários a isso, em nome da valorização incessante do capital, resistem até onde podem a regulação jurídica, a conservação ambiental e aos custos extra-econômicos. Em geral, desconhecem ou desprezam os limites colocados pelas condições ambientais de produção. Visam o retorno econômico rápido e crescente.

Processos crescentes de ocupação, colonização, povoamento e urbanização se dão em função da dinâmica incessante de valorização do capital, indo até onde for possível no esforço de impedir qualquer controle de seu movimento. Nesse sentido, a acumulação tende a abstrair das interações ecossistêmicas, dos sofrimentos e dos custos extra-econômicos de suas atividades – também chamados de “externalidades” pelos ideólogos do *establishment*. Tudo isso, contudo, sem assegurar que o desenvolvimento seja economicamente sustentado, socialmente incluyente e

³⁸ Sobre relações sociometabólicas no interior da sociabilidade capitalista ver István Mészáros, *Para além do capital* (São Paulo: Boitempo, 2011), p. 94-132.

³⁹ Sobre a origem intelectual do desenvolvimento sustentável, ver: Ademar Romeiro, “Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica”, in *Estudos Avançados*, v. 26, no. 75 (São Paulo, 2012).

ambientalmente sustentável⁴⁰. Não foi o caso do tipo de desenvolvimento que a acumulação originária de capital produziu no extremo sul baiano, uma região marcada, ontem e hoje, pelo sudesenvolvimento econômico, crescente desigualdade social e pelo quase total desaparecimento da Mata Atlântica (SANTOS, 1964; KULMANN, PEREIRA, SOARES, 1983).

A destruição progressiva dos recursos naturais estimula, com o tempo, conflitos que se traduzem em causas ambientais, com variados graus de organização e institucionalização. Mesmo com a devastação em curso a tendência da ação predatória é a busca de justificação do ato de predação, consciente ou inconscientemente. É essa conduta social que pode explicar certa tendência dominante e triunfal da produção econômica pelo consumo da natureza. O capital, como relação econômica que se personifica na classe social capitalista, separa uma coisa da outra. A ideologia do desenvolvimento procura expandir essa separação para o conjunto das outras classes sociais.

O estudo histórico dos efeitos ambientais causados pelo avanço do extrativismo madeireiro predatório e sistemático e do latifúndio pecuarista sobre o extremo sul baiano precisa considerar a historicidade e a peculiaridade dos conflitos sociais em torno do meio ambiente natural. Inserir a natureza nas classes e nos grupos sociais em luta. A apropriação dos recursos naturais e a produção de paisagens, nesse sentido, possuem uma clara historicidade⁴¹.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem teórica de história ambiental aqui exposta considera não exclusivamente os meios de produção, as forças produtivas e as relações de produção, mas também as condições ambientais de produção. Visa não incorrer em interpretações simplistas, como a perspectiva tão comum do “homem puramente

⁴⁰ O desenvolvimento humano precisa incorporar, além do aspecto econômico, outras duas dimensões, a social e a ambiental, como observa Ignacy Sachs, *Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado* (Rio de Janeiro: Garamond, 2008).

⁴¹ José Augusto Pádua, “As bases teóricas da história ambiental” *Estudos Avançados*, 24, no. 68 (2010), p. 81-101.

devastador”, tradição que costuma apelar para a condução da humanidade rumo ao desenvolvimento incessante. Admitir que a organização da vida humana em sociedade não se processa sem transformar a natureza, em especial pelo trabalho humano, e portanto, que a interação ser social-natureza seja criadora. Por outro lado, não ter do progresso humano uma compreensão absolutamente positiva firmada *a priori*. Este otimismo ingênuo tem imensa dificuldade de explicar processos de devastação social e ambiental que podem levar uma comunidade, uma sociedade ou uma civilização, ao colapso.

O caráter criador não implica abandonar o potencial destrutivo da natureza pela dinâmica do progresso. Trata-se, portanto, de uma proposição em história ambiental que considere a totalidade tempo-espacial dos processos históricos de desenvolvimento social e ambiental: sociedade, economia, cultura, política, natureza, e suas interações. Não basta integrar a natureza à totalidade social, é preciso que o meio natural seja reconhecido como uma dimensão ativa da organização social, assim como se admite que o ambiente natural seja impactado pela atividade humana.

Uma história ambiental adotada nestes termos ao estudo da formação social do extremo sul da Bahia tem o mérito, a nosso ver, de investigar cientificamente tanto os múltiplos fatores do desenvolvimento social integral, quanto as mudanças na paisagem natural da região, um e outro processos sabidamente inseparáveis.

REFERÊNCIAS

Acselrad, Henri. “As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais.” In Acselrad, Henri. *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004.

Amorim, Raul, and Regina Oliveira, “Degradação Ambiental e Novas Territorialidades no Extremo Sul da Bahia”. *Caminhos da Geografia* 8, no. 22 (Setembro, 2007), 118-37.

Bonente, Bianca. *A Economia do Desenvolvimento em Perspectiva Histórica: Novos Rumos da Disciplina*. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG, 2007.

Bourdieu, Pierre. *Os Usos Sociais da Ciência: Por uma Sociologia Clínica do Campo Científico*. São Paulo: Editora da Unesp, 2004.

Borma, Laura, and Carlos Nobre. *Secas na Amazônia*. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.

Carvalho, Ely. “Um Modo de Vida na Fronteira: Uma História Ambiental de Campo Mourão, Paraná, 1903-1939.” In Franco, José Luiz, Sandro Dutra e Silva, José Augusto Drummond, and Giovana Tavares. *História Ambiental: Fronteiras, Recursos Naturais e Conservação da Natureza*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

Cadarso, Pedro-Luis Lorenzo. “Principales teorías sobre el conflicto social”. *Norba 15 Revista de História* (2001), 237-254.

CEPLAC. *Diagnóstico Socioeconômico da Região Cacaueira: História Econômica e Social*. Vol. 8. Rio de Janeiro: Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira / Inter-American Institute of Agricultural Sciences, 1975.

Cerqueira-Neto, Sebastião. “O Extremo Sul da Bahia que não Pertence a Bahia”. *Caminhos da Geografia* (2011). Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/16566/9228>>

_____. “Construção Geográfica do Extremo Sul da Bahia”. *Revista de Geografia da Universidade Federal de Pernambuco* (2013). Disponível: <<http://www.revista.ufpe.br/revistageografia/index.php/revista/article/viewFile/567/489>>

Dean, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018 (Primeira edição brasileira 1996).

Diamond, Jared. *Colapso*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2007.

Drummond, José Augusto. “A História Ambiental: Temas, Fontes e Linhas de Pesquisa”. *Estudos Históricos* 4, no. 8 (1991), 177-197.

Hemming, John. “Os índios do Brasil em 1500”. In Bethell, Leslie (org.). *História da América latina. América latina Colonial*. São Paulo/Brasília: Ed. da Universidade de São Paulo/Fundação Alexandre de Gusmão, 2018, v. 1.

Holanda, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IBGE. *Estado da Bahia. Censo Demográfico de 1950*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1955a, v. XX, t. I.

_____. *Estado da Bahia. Censo Agrícola de 1950*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1956, v. XX, t. 2.

_____. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1958a, v. XX.

_____. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1958b, v. XXI.

_____. *Censo Demográfico de 1960: Bahia*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1965, v. II, t. VIII, parte I.

_____. *Censo Demográfico Bahia (1970)*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1973a, v. I, t. XIII.

_____. *Censo Agropecuário Bahia (1970)*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1973b, v. III, t. XIII.

Koopmans, Pe. José. *Além do Eucalipto: O Papel do Extremo Sul*. Teixeira de Freitas-Ba: DDH/CEPEDES, 2005.

Kuhlmann, Edgar, João Batista Pereira, and Waterloo Soares. “Alteração da cobertura vegetal do sul da Bahia. *Revista Brasileira de Geografia*, 45, no. 3/4, (Julho/Dezembro 1983), p. 393-418.

Lopes, José Sérgio Leite. “Sobre Processos de ‘Ambientalização’ dos Conflitos e Sobre Dilemas de Participação”. *Horizontes Antropológicos*, 12, no. 25 (Janeiro/Junho 2006), 31-64.

Löwy, Michael. *O que é ecossocialismo?* São Paulo: Cortez, 2014.

Martins, Marcos Lobato. *A formação regional do Mucuri: o homem, o rio e a mata no nordeste de Minas Gerais*. São Paulo: Annablume, 2018.

Mészáros, István. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2011.

Pádua, José Augusto. “As Bases Teóricas da História Ambiental”. *Estudos Avançados*, 24, no. 68 (2010), 81-101.

Paraiso, Maria Hilda Baqueiro. “As crianças indígenas e a formação de agentes transculturais: o comércio de kurucas na Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais”. *Revista de Estudos e Pesquisas / FUNAI*, v. 3, no.1/2 (Julho/Dezembro 2006). Disponível: < <http://www.etnolingua.org/biblio:paraiso-2006-kurucas/p/2> >.

_____. “Os botocudos e sua trajetória histórica”. In. Cunha, Manuela Cardoso (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: FAPESB/Companhia das Letras, 2009.

Pereira, Elaine Aparecida. “O Conceito de Campo de Pierre Bourdieu: Possibilidade de Análise para Pesquisas em História da Educação Brasileira”. *Revista Linhas* 16, no. 32 (Setembro/Dezembro 2015), 337-356.

Prado, Fernando. *A ideologia do desenvolvimento e a controvérsia da dependência no Brasil contemporâneo*. Tese. (Doutorado em Economia Política Internacional) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

Santos, Milton. “Panorama econômico-social da Bahia”. *Revista Brasileira dos Municípios*, no. 67/8, ano XVII (Julho/Dezembro 1964), p. 117-234.

Santos, Márcio Soares. *Formação Social do Extremo Sul da Bahia (1948-1972): Extrativismo, Trabalho e Meio Ambiente*. Universidade do Estado da Bahia, 2017.

Sevcenko, Nicolau. “O front brasileiro na guerra verde: vegetais, colonialismo e cultura”. In *Revista USP* (São Paulo, no. 30, jun./ago. 1996), p. 108-119.

Silva, Sandro Dutra e. “No Caminho um Jatobá, Enfrentamento e Devastação a Natureza na Conquista do ‘Último Oeste’”. In Franco, José Luiz, Sandro Dutra e Silva, José Augusto Drummond, and Giovana Tavares. *História Ambiental: Fronteiras, Recursos Naturais e Conservação da Natureza*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

Silva, Sandro Dutra e, José Luiz Franco, and José Augusto Drummond. “Devastação Florestal no Oeste Brasileiro: Colonização, Migração e Expansão da Fronteira Agrícola em Goiás”. *Revista de Historia Iberoamericana* 8, no. 2 (2015). <file:///C:/Users/user/Downloads/ArtigoRevistadeHistrialberoamericana2.pdf>

Silva-Garcia, Germán. “La Teoría del Conflicto: Un Marco Teórico Necesario Prolegómenos”. *Derechos y Valores* XI, no. 22 (Bogotá-Colômbia, Julio/Diciembre 2008), 29-43.

Worster, Donald. “Para Fazer História Ambiental”. *Estudos Históricos* 4, no. 8 (1991). <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2324/1463>>

_____. “A natureza e a desordem da história”. In Franco, José Luiz, Sandro Dutra e Silva, José Augusto Drummond, and Giovana Tavares. *História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

For a Environmental History of Social Formation in the Extreme South of Bahia State (1945-1972)

ABSTRACT

This brief essay argues in favor of the historical environmental investigation of a social formation. Considering the socio-environmental totality – natural environment, human action, social-nature interactions – it is understood that socio-economic and socio-cultural development cannot take place without causing direct and indirect environmental changes, with many different degrees of intensity. There is no human production without consequences for the natural and produced environments, as well as for the social being itself; as well as the organization of social life encounters obstacles in the existing environmental conditions. However, it is not enough to integrate nature into society. The natural environment must be recognized as an active dimension of social and historical organization. The predatory and systematic exploitation of the Atlantic Forest in the extreme south of Bahia was carried out by the action of loggers and farmers, between the 1940s and the beginning of the 1970s, a period of economic and social formation in the current extreme south of Bahia State. The hunting of "hardwood" for commercialization, and the incessant movement of expansion of the agricultural frontier in the southernmost portion of the Bahia State, a region in permanent contact with the Espírito Santo and Minas Gerais States, led to the mercantile constitution of the region. In a short time, farms, sawmills and lumber companies intensify the degradation of the Atlantic Forest. Between the late 1960s and the early 1970s, forest devastation in the far south had already reached dramatic proportions. In this sense, the present work seeks to indicate some theoretical questions of the study of a particular social formation, the extreme south of Bahia, through environmental history. Sources for this research are: theoretical literature on environmental history, texts on the extreme south and official statistical sources on the region.

Keywords: Extreme South of Bahia State, Atlantic Forest, Social Formation, Economic Development, Conflict.

Recibido: 07/09/2020
Aprobado: 21/10/2020